Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 282 - 308, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12467

CASA, MATERNIDADE E TRABALHO NO DISTANCIAMENTO SOCIAL: A "pandemia" da sobrecarga de trabalho para as mulheres

HOME, MOTHERHOOD AND WORK IN SOCIAL DISTANCING: The "pandemic" of work overload for women

CASA, MATERNIDAD Y TRABAJO EN CUARENTENA: La "pandemia" de la sobrecarga de trabajo para las mujeres

Lorena Francisco de Souza
Luiza Helena Barreira Machado

RESUMO

Este artigo discute relações de gênero e poder que incidem sobre a identidade profissional e o trabalho de docentes mães no contexto da pandemia da COVID-19 nos últimos meses. Pela perspectiva da geografia feminista investigamos o lugar social das pesquisadoras docentes na condição de mães em seus lares considerando a relação delas com o espaço doméstico e com o trabalho de ensino e pesquisa que realizam. Como procedimento metodológico adotamos o levantamento bibliográfico, bem como a elaboração e aplicação de questionários a mulheres docentes de ensino superior e tecnológico de IES brasileiras contactadas por meio de redes sociais e de redes de colaboração em pesquisa. Evidenciamos a condição do trabalho destas mulheres mães em isolamento social, sobretudo na docência e pesquisa e frisamos que a maneira como vivenciam o espaço da casa, cuidam dos/as filhos/as e da manutenção do espaço doméstico incide na produção acadêmica, intelectual e emocional das mesmas.

Palavras-chave: Lugar. Casa. Docência. Maternidade. Relações de gênero. Distanciamento social/Covid-19.

ABSTRACT

This article aims to discuss gender and power relations that concern the professional identity and the work of teachers who are mothers in the context of the Covid-19 pandemic in recent months. From the perspective of feminist geography, we will investigate the social place of female teachers as mothers in their homes, considering their relationship with the domestic space and the teaching and research work they do. As a methodological procedure, we adopted the bibliographic survey, as well as the elaboration and application of questionnaires to female teachers of higher education and technology of Brazilian IES contacted through social networks and collaboration networks in research. We highlight the condition of mother women's work in social isolation, especially in teaching and research, and we emphasize that the way they experience the space of the house, care for their children and the maintenance of the domestic space focuses on their academic, intellectual and emotional production.

Keywords: Place. Home. Teaching. Motherhood. Gender relations. Social distancing/Covid-19.

RESUMEN

Este artículo propone discutir las relaciones de género y poder que inciden sobre la identidad profesional y el trabajo de docentes madres en el contexto de la pandemia de COVID-19 en los últimos meses. Por la perspectiva de la geografía feminista, investigaremos el lugar social de las investigadoras docentes en la condición de madres en sus hogares, considerando la relación de ellas con el espacio doméstico y con el trabajo de enseñanza e investigación que realizan. Como procedimiento metodológico adoptamos el levantamiento bibliográfico, así como la elaboración y aplicación de cuestionarios a mujeres docentes de enseñanza universitaria y tecnológica de IES (Instituciones de Enseñanza Superior - Universitaria) brasileñas contactadas por medio de redes sociales y redes de colaboración en investigación. Evidenciamos la condición del trabajo de mujeres madres en aislamiento social, sobre todo en la docencia y en la investigación, y destacamos que la manera como vivencian el espacio de la casa, cuidan a los/as hijos/as y del mantenimiento del espacio doméstico afecta en la producción académica, intelectual y emocional de las mismas.

Palabras claves: Lugar. Casa. Docencia. Maternidad. Relaciones de género. Aislamiento social/COVID-19.

Introdução

> Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática. Logo em seu início, a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo. (hooks, 2018, p. 34)

Estamos vivenciando um momento de represália social, de controle de corpos e da mobilidade decorrentes do avanço proeminente da pandemia do COVID-19 que assola as sociedades no mundo todo. Ao pensarmos na escrita deste artigo, procuramos compreender este controle, o confinamento para além da recomendação de autoridades e da Organização Mundial da Saúde (OMS), queremos compreender esta realidade sobre os corpos femininos, sobre a realidade de milhares de mulheres num contexto familiar, sobretudo da classe média e intelectualizada, nosso ponto de partida. Sabemos que a realidade de mulheres de baixa renda, trabalhadoras informais ou no subemprego, as demandas sobre o controle de seus corpos se estendem para outros fatores, sobretudo porque não somos negligentes à compreensão da realidade por meio da interseccionalidade.

Como nos apresenta Akotirene (2018), a leitura interseccionada sobre a realidade de grupos sociais é uma realidade nos estudos feministas negros desde sua origem, uma vez que estes denunciaram, por meio de uma perspectiva teórica, movimentos feministas promovidos por mulheres brancas e seus privilégios de classe que não consideravam as intercorrências do gênero, raça, classe, etnia, geração, sexualidade e outros marcadores como fundamento para a condição de grupos sociais marcados por esses recortes. Relembramos, portanto, que não é nossa intenção aqui ignorar o papel das interseccionalidades no questionamento sobre a condição de mulheres negras e não brancas, diante da desigualdade social e o agravamento de sua condição frente ao desemprego, o emprego informal e à violência doméstica.

No entanto, tensionaremos o debate a partir de relações sociais, de trabalho, lazer e afeto no âmbito do espaço privado na realidade de mulheres acadêmicas, professoras, mães e esposas e seus pares, num contexto da pandemia da COVID-19 e o consequente enrijecimento do distanciamento social. Nosso objetivo é estabelecer um diálogo teórico sobre o trabalho em casa, incluindo o trabalho doméstico e as relações de gênero, a maternidade e as emoções como aspectos intrínsecos a uma realidade espacial, portanto, geográfica.

O corpo, as emoções, as afetividades pouco têm sido atribuídos como elementos para uma análise geográfica. Para nós, é urgente a necessidade de um aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço como um aspecto para a equidade social. E é esta a preocupação já consolidada e apresentada por geógrafas feministas (ROSE, 1997; TOLIA-KELLY, 2006; VALENTINE, 2007). Reforçamos, nesse sentido, que as emoções constituem o espaço e os corpos, fazem parte da existência e são refletidas nas práticas espaciais. Como afirmam Campos, Silva e Silva (2019, p. 40) "embora as emoções possam ser consideradas como sensações puramente físicas quando sentimos, tristeza, raiva, alegria, medo e assim por diante, [elas] se constituem culturalmente e aquilo que nossos corpos manifestam como sensações físicas, possui uma mediação do tempo e do espaço".

Também enfatizamos a necessidade de rompimento com o que compreendemos por colonialidade do saber[1] que impera a determinados grupos o lugar do conhecimento, do aceitável, do permitido ao se fazer ciência. Acreditamos que a subalternidade silenciosa que mulheres docentes e pesquisadoras enfrentam em suas agruras cotidianas reflete uma perspectiva apresentada por Spivak (2010) de que grupos subalternos são considerados menos humanos que seus opressores, portanto, "menos capazes de falar em seus próprios nomes". Nesse sentido, pensamos as mulheres como sujeitas de um grupo social subalternizado por uma estrutura patriarcal e heteronormativa que as condiciona a determinados papeis sociais, comportamentos e sentimentos. Ao utilizarmos a categoria mulher não pre-

tendemos essencializá-la e torná-la um padrão hegemônico, desconsiderando as cruzadas interseccionadas que refletem na posição de muitas mulheres condicionadas por seu pertencimento étnico-racial, sua sexualidade, sua geração, sua classe.

Apresentaremos impressões, emoções e realidades de mulheres, que são concomitantemente, mães professoras pesquisadoras a respeito da sobrecarga de trabalho e sua relação com o espaço privado, ultrapassando a clássica referência sobre a jornada dupla ou tripla, de trabalho. Ademais, trataremos sobre a dissociação do trabalho doméstico da concepção de trabalho produtivo. Verificamos aqui que a sobrecarga estende-se para além da quantidade de trabalho, uma vez que o peso emocional e psíquico se apresenta como um fator crucial no desenvolvimento de todos os trabalhos e funções exercidas por estas mulheres.

As geografias feministas: contextualização e perspectivas necessárias

A Geografia tem apresentado a discussão sobre gênero nos últimos anos, sobretudo por volta dos anos 1970 e 1980 nos EUA, Inglaterra e Espanha. Já se via o advento do debate sobre as categorias gênero, mulher, poder imbuídas no cerne de outras ciências humanas, relativamente mais próximas do contexto dos movimentos feministas e das mulheres na agenda social em âmbito internacional e nacional. A realização de conferências mundiais sobre as mulheres nesta época foram importantes mecanismos de reivindicação deste grupo social por direitos sociais, civis e políticos.

No campo acadêmico da Geografia, o debate sobre o gênero aparece de maneira parca e pouco visibilizada e, conforme salienta Hanson (citada por MACHADO, 2017), ao mesmo tempo em que a Geografia invisibilizava as mulheres, os feminismos também se esqueciam do componente territorial e espacial em suas análises. Ao questionar essa lacuna, as geógrafas feministas, segundo Silva e Silva (2020), apresentaram que o espaço é uma categoria fundamental no aprofundamento do conceito de interseccionalidade, uma vez que ele aprofunda o entendimento sobre as relações de poder e as experiências dos grupos sociais, as desigualdades dos lugares vivenciados por eles, sobretudo por mulheres em recortes interseccionados.

Enfatizamos, a partir de Machado (2017) a contribuição da geógrafa feminista Rodó-de-Zárate sobre uma leitura dos lugares na perspectiva das relações de gênero podendo ser estabelecidos como lugares de opressão, lugares de intersecções controvertidas, lugares neutros ou lugares de alívio. Desse modo,

> Os primeiros são lugares onde se tem uma forte experiência de mal-estar causada por uma, ou mais estrutura de poder (o gênero, a sexualidade, a raça, a classe e a idade). Os lugares controvertidos são os que provocam um alívio de alguma opressão, mas que na mudança provoca outro mal-estar. Os neutros são aqueles em que nenhuma identidade está em "relevo", e os de alívio são aqueles em que se sentem um grande bem-estar e nenhuma identidade está em "relevo" (MACHADO, 2017, p.45).

Nessa perspectiva, o lugar é pensado por vários vieses de interpretação sobre o espaço, em que leitoras e leitores terão distintas interpretações se analisados a partir de perspectivas de gênero, etnicidade, idade, raça e experiência. As geógrafas feministas ajudam a compreender justamente o fato de que os acontecimentos possuem vários significados (MCDOWELL, 1999) e, sob a ótica das mulheres, alguns aspectos podem ser encarados com mais ênfase, ou discutidos a partir de categorias peculiares ou que são afins as suas realidades. Mulheres, homens, travestis, transgêneros estabelecem relações diferentes com os lugares e estas variam histórica e geograficamente. Estes indivíduos, portanto, se situam no mundo a partir de suas particularidades e estabelecem relações com os lugares. Como apresenta Machado (2017), "nós mulheres estamos inseridas em redes de relações desiguais de poder. Pensando em termos espaciais, nos diferentes lugares e tempos desses lugares, essas relações desiguais de poder separam as mulheres" (p.69).

As primeiras produções e reflexões sobre a geografia feminista pautavam-se na leitura do espaço feita a partir das mulheres e das desigualdades causadas por sua corporeidade, enquanto pouco se discutiam os homens. Com o passar do tempo, o estudo das relações de gênero sistematizou também uma análise sobre as masculinidades e os homens, uma vez que estes aspectos também se entremeiam nas relações sociais. A invisibilidade das análises sobre as masculinidades ou o silenciamento sobre a condição de homens no espaço reforçou, durante muito tempo, a naturalização do conhecimento geográfico como um elemento produzido quase exclusivamente por homens ou não tratado como produção masculina que nada tem a ver com as relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres na produção científica. A geógrafa McDowell (1999) salientava na década de 1990 uma preocupação com a extensão dos estudos feministas para toda a Geografia, como um marcador nas análises sobre o espaço, bem como a inserção e ampliação da discussão sobre gênero, incluindo homens e transgêneros.

Essas transformações atingem o escopo da geografia brasileira na medida em que autoras/es pesquisadores/as vão buscando os referenciais das geografas feministas inglesas e estadunidenses incorporando-as aos campos da produção científica geográfica, por meio de pesquisas e artigos, grupos de discussão e realização de eventos temáticos. Trata-se de, neste momento, de fortalecer a compreensão que as desigualdades existentes nos lugares também são dispositivos vivenciados pelos mais diversos grupos sociais e seus gêneros e sexualidades.

Para Silva (2010) faz-se mister compreender a produção de discursos na Geografia brasileira que invisibilizam a diversidade de atores/atrizes sociais no espaço, o que marca uma visão de mundo e uma leitura sobre o poder ou sobre o que merece ser estabelecido como inerente a uma análise geográfica em detrimento de temáticas que pensem as relações de gênero, as questões étnico-raciais, as sexualidades e outros aspectos. As geógrafas feministas, de certo modo, buscaram problematizar a herança "masculina" da geografia, as diferenças coloniais e sexuais atinentes à história do pensamento geográfico, apresentando a vivencia de mulheres e a dimensão do gênero, raça e sexualidades no espaço.

Trata-se, portanto, de considerar as relações de gênero como agentes que constroem o espaço e a Geografia que se apresenta como uma ciência que analisa a produção do espaço deve ter a preocupação em ampliar tal análise para os fatores que, durante muito tempo, foram invisibilizados ou desconsiderados. Como afirma Reis (2015), atualmente o espaço pode revelar a luta de classes, bem como as estruturas de poder entre os gêneros e outros aspectos interseccionais que constituem os sujeitos e suas identidades. Para além da perspectiva de compreender o gênero como um aspecto puramente cultural, esta autora assegura que este conceito também pode ser uma importante chave para operar a compreensão sobre a subordinação feminina e a reprodução da dominação masculina sustentada em várias dimensões do poder, físico e simbólico, material e imaterial, subjetivo e objetivo.

A compreensão feminista numa leitura espacial é um construto que muito dialoga com a inserção do corpo ou da corporeidade como categoria de análise. Assim como salienta Sarmento (2009), verificamos que o corpo é um elemento central nos estudos geográficos sobre gênero, sobretudo os de base feminista, acrescentando uma perspectiva da psicologia e da identidade enquanto estruturantes das relações sociais embebidas no patriarcado. A identidade, nessa compreensão, se apresenta como elemento prático na configuração de funções sociais atribuídas ao ser feminino e ao ser masculino na concepção heteronormativa.

Nesse âmbito, amplificam-se as pesquisas e estudos sobre a identidade de corpo e gênero como elementos constituintes do espaço e das relações sociais, reescrevendo ou ressignificando as experiências de sujeitos plurais, com identidades de gênero múltiplas, com realidades múltiplas e pertencimentos étnicos, raciais e sexuais também plurais. Como afirma Azevedo (2009),

> a reescrita das histórias e das geografias dos corpos, passa pela criação de narrativas da experiência do corpo e de identidades diferenciais, uma fissura que é alcançada através de um trabalho de conhecimento íntimo ou percepção interna [...] A estratégia adoptada passa pelo desenvolvimento de narrativas do conhecimento íntimo que promovam a relevância dos diferentes lugares da experiência bem como de 'outros' sujeitos, uma estratégia que vai muito para além de um conhecimento alicerçado sobre um sistema cognitivo e perceptivo convencional. (AZEVEDO, 2009, p.49).

Trata-se, portanto, de um movimento epistemológico de ruptura com a naturalização do sujeito universal apresentado nos estudos geográficos até então. É importante pensarmos que uma análise geográfica que dialoga com a realidade de sujeitos em sua diversidade "ameaça os sistemas convencionais de percepção e conhecimento, representa uma oportunidade para a exploração de novos modos de escrita cultural alojados na intercepção de corpos e lugares" (AZEVEDO, 2009, p. 47).

Importante lembrarmos que a geografia, numa leitura baseada nas teorias feministas ocidentais e anglo-saxônicas brancas, destacou estudos referentes ao modo patriarcal de produção, às relações de gênero geradas pelas relações sociais e econômicas, as espacialidades dos/as sujeitos/as femininos/as no que se refere ao sistema moderno-colonial e a dimensão espacial da violência masculina propulsora da reclusão das mulheres a espaços privados e domésticos.

Nessa investigação temos o interesse de apresentar esta preocupação na Geografia, a partir da concretização de uma análise sobre a corporeidade feminina no espaço doméstico, atentando-se para os sentidos das representações sobre suas ações, posturas e hábitos em contexto de isolamento social, sobretudo para mulheres professoras pesquisadoras mães. Ao centralizarmos nossa compreensão sobre a corporeidade de mulheres mães numa escala do lugar, também entraremos na percepção sobre o lugar social dessas mulheres no espaço doméstico a partir das relações que estabelecem com seus pares, com o cuidado da casa e com os/as seus filhos/as. Os corpos das mulheres, nesse construto, não significam apenas imagem, são dispositivos em que perpassam jogos de poder, dominação, subjetividades, medos, anseios, angústias, culpas e disputas, reforçando que "o espaço do corpo pode ser entendido como tendo múltiplas camadas, cada uma das quais contendo as relações e práticas do corpo com objectos e outros espaços". (2009, p.24).

Os trabalhos das mulheres mães professoras pesquisadoras: a dissociação do valor

Problematizar o espaço social da casa ou do lar para mulheres docentes pesquisadoras mães, no contexto da pandemia do COVID-19 vigente este ano significa um grande esforço para nós autoras, também docentes, pesquisadoras e mães, sobretudo porque ao longo da construção deste artigo nos deparamos com diversos momentos de interrupção do labor da escrita para atender demandas domésticas, cuidar da rotina dos/as filhos/as e fazer malabarismos para manter o interesse deles/as por atividades saudáveis, criativas e independentes da presença materna enquanto a escrita e a pesquisa caminhavam. O tempo para a produção de um artigo, elaboração de questionários, levantamento bibliográfico é condicionado, no nosso caso, à rotina diária justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis e escolares. A solidão, a concentração para a escrita e a interação com autoras/es dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta, TV e programas infantis, determinação de tarefas para a organização do espaço que está quase sempre em desordem e a certeza de que os/as filhos/as compreenderão a ausência - mesmo com a presença física, quando nos fechamos em uma bolha imaginária no mesmo espaço físico - para conseguir fechar um parágrafo enquanto eles se distraem com outra atividade. Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faz presente neste mesmo espaço doméstico.

Este relato é, certamente, compartilhado com todas as mulheres que responderam ao nosso questionário, nesse período de distanciamento social relativo no que se refere a recortes de classe, raça e gênero, uma vez que tal medida tem sido possível para contextos

vividos pela classe média não-negacionista, no que se refere à gravidade da doença e na necessidade de cumprir o distanciamento social. Trabalhadores e trabalhadoras dos setores informal e de serviços não têm tido a mesma adesão ao isolamento, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (2020), o que só reforça o nível de desigualdade social, racial e de gênero no Brasil.

Como afirmam Barbosa e Maia (2016), o slogan "o privado é político" tornou-se um princípio básico dos movimentos feministas ocidentais há pelo menos 80 anos e ainda hoje traduz a afirmação de que a subordinação feminina à dominação masculina atinge o poder político e econômico, mas também cultural, no âmbito das instituições e esfera pública, bem como nas dimensões familiares e/ou privadas. Desse modo, consideramos a urgência em discutir o lugar, categoria de análise cara à geografia, na perspectiva das vivências de gênero, etnicidade, idade, raça e experiência. Além do lugar, pautamos no entendimento do que Silva denomina geografia das emoções (SILVA, 2010), no sentido de que a vivência no espaço, nos lugares é pensada também a partir das sensações e impressões, por percepções subjetivas compartilhadas também no âmbito da coletividade.

Queremos problematizar, portanto, o fato de que as mulheres, na sua condição de mães, docentes e pesquisadoras vivenciam o espaço privado, o doméstico de maneira distinta e, por vezes desigual, se comparado a outros membros familiares, sobretudo se em relações heterossexuais na companhia de seus companheiros/esposos. Tais desigualdades incidem diretamente na qualidade do trabalho delas, na relação que estabelecem com os filhos e o excesso de tarefas a serem realizadas, sobretudo as relativas ao cuidado com os/as filhos/as e manutenção diária do espaço doméstico.

Nossa reflexão sobre o trabalho doméstico incide na crítica fundamental do valor que enfatiza a teoria crítica do valor-dissociação desenvolvida por Scholz (2011). Esta afirma que o trabalho abstrato e o valor constituem o princípio base da sociedade capitalista, porém, numa forma modificada pela relação de dissociação do gênero. A dissociação-valor "constitui a base da sociedade capitalista na medida em que ela representa o duplo caráter do trabalho, o abstrato e o concreto que exprime o modo do tempo abstrato" (SCHOLZ, 1992, p.17).

O trabalho doméstico é compreendido, em muitas análises, como trabalho semelhante ao trabalho assalariado, no entanto, o que Scholz (1992) quer salientar é que o trabalho doméstico está dissociado do valor – enquanto forma de representação do trabalho abstrato – que é um conceito masculino/masculinizado relativo ao trabalho abstrato. Portanto,

> é precisamente a ascensão do *princípio masculino* do "trabalho abstrato como um tautológico(redundante) fim em si mesmo" (R. Kurz) que traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo, ao fim e ao cabo, a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear (SCHOLZ, 1992, p. 02).

Portanto, considerar o trabalho como constitutivo da luta feminista contra o patriarcado, pressupõe hiperestimar esta categoria que, na realidade, ascendeu o princípio masculino de acesso ao espaço público e reduziu às mulheres, no contexto ocidental europeu, ao trabalho doméstico. A teoria do valor-dissociação possibilitou a reflexão sobre o conceito de fetiche e de dominação proveniente do capitalismo patriarcal. Entendemos esta teoria como um princípio estruturante da sociedade. Para Lamas (2011)

> (...) a dissociação-valor insiste na reflexão dialética sobre a relação tensa entre a essência e a aparência, uma condição da crítica do fetichismo. Ao contrário das teorias pós-modernas que abandonam a distinção através de um anti-essencialismo superficial, a teoria da dissociação-valor defende a categoria de essência. Mas (e aqui está a chave) *a essência não é positiva, trans-histórica ou biológica* (a capacidade das mulheres darem à luz, por ex.) *mas sim negativa, histórica e social*, designadamente a essência fetichista da forma de riqueza moderna do valor e do trabalho abstrato. Nesse sentido, *não se recusa também categorias teóricas universalistas*, à boa maneira das teorias pós-modernas, antes *denuncia-se o universalismo negativo e realmente existente do sistema mundial produtor de mercadorias* (LAMAS, 2011, p.06).

É nesse sentido, que a teoria do valor-dissociação desestabiliza a crítica a uma concepção universalizada do sujeito monetário, concorrencial, masculino, branco e ocidental (KURZ, 2002). Esta teoria nos permite, portanto, pensar as diferenças na sua relação dialética com a totalidade social negativa, na negação da naturalidade das coisas, possibilitando também refletir simultaneamente as diferenças de raça, classe, gênero e/ou etnia.

Trata-se, também de questionar análises que envolvem o patriarcado e a reflexão crítica da postura tradicional do marxismo que secundariza as causas femininas/istas em detrimento das questões de "classe". Compreende-se que a teoria do valor por si só não conseguirá captar a totalidade da sociedade da mercadoria enquanto omitir a importância do que o valor exclui e dispensa, ou seja, as categorias dissociáveis como gênero, raça e etnia (SCHOLZ, 1992). A valorização do valor é um processo social dinâmico e possui uma intensidade histórica e geográfica, nesse sentido, a valorização do trabalho masculino, é um amálgama que permeia as relações de poder entre os gêneros e precisamos lembrar este fato.

Apesar da dissociação com o valor, o trabalho feminino pode se encaixar em alguns conceitos próximos à perspectiva marxista quando apresentamos o trabalho doméstico compreendido a partir do que Hirata (2011) chama de trabalho do *care*. Este é multidimensional e transversal e refere-se, no Brasil, às atividades laborais ligadas ao cuidado que, quase exclusivamente, é realizado por mulheres. Assim

> se é certo que "cuidado", ou "atividade do cuidado", ou mesmo "ocupações relacionadas ao cuidado", como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de "cuidar" ou de "tomar conta" têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O "cuidar da casa" (ou "tomar conta da casa"), assim como o "cuidar das crianças" (ou "tomar conta das crianças") ou até mesmo o "cuidar do marido", ou "dos pais", têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (2011, p.154).

Ao apresentar as definições sobre o *care,* a autora evidencia que no momento em que este tipo de trabalho passa a ser trabalho assalariado cabe ao Estado regulá-lo e normatizar a profissionalização dos serviços. Além do Estado, instituições políticas civilmente organizadas também auxiliaram na regulamentação desse tipo de trabalho. O *care* se constitui também no espaço doméstico, familiar e, indubitavelmente, nas relações de gênero. Portanto, os estudos de gênero são importantes mobilizadores teóricos para problematizar a divisão sexual do trabalho, as masculinidades e feminilidades que interferem também na afetividade e na saúde mental de mulheres e homens. De acordo com Hirata (2011)

> o *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (habitus) femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de "servidão voluntária" inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do domus. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como "trabalho"; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural (2011, p.156).

Sem dúvida, a regularização da profissão representa um avanço para a remuneração justa ou menos desigual, para mulheres trabalhadoras, no entanto, no espaço doméstico, ainda há um reforço na divisão sexual do trabalho não remunerado, a efetivação de tripla jornada, cansaço mental, psicológico e físico por parte das mulheres que não terceirizam o trabalho doméstico e não contam com ajuda equivalente. Em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, na comparação com 10,3 horas semanais gastas nessas atividades pelos homens. Essa rotina deve ficar ainda mais intensa com as restrições impostas pela pandemia.

Além do trabalho doméstico e do cuidado, há ainda a carga mental do trabalho emocional, ainda mais invisível. São as mulheres que, em geral, tomam a frente no planejamento e no gerenciamento da casa e do cotidiano, tentando prever as necessidades de todos/as e se preocupando com a saúde da família. Para Oliveira (2020) é preciso reconhecer, nessa realidade marcada pelo advento da pandemia da COVID-19,

> "as consequências do fechamento de escolas e das restrições de movimento, que embora sejam considerados necessários, modificaram a rotina das crianças e impactam os sistemas de apoio e as práticas de cuidado de que dependem as famílias. A suspensão das aulas e o fechamento das escolas adicionou novas formas de estresse aos cuidadores e em muitos casos tornou este cuidado inconciliável com outros trabalhos (OLIVEIRA, 2020, p.156)

A partir dessa constatação, reforçamos a iminente alteração na dinâmica do cuidado nos lares de mulheres, docentes e mães, uma vez que a figura representativa dos atos de cuidar, arrumar, lavar e organizar passou a ser constituída de maneira individualizada e isolada, sem as redes de apoio que outrora estavam presentes. As mulheres sujeitas neste trabalho contavam, de maneira presencial, com uma rede de apoio estendida por outras mulheres, familiares, amigas e/ou diaristas para a realização do trabalho doméstico enquanto exerciam a função docente e pesquisadora. Para pensar o trabalho doméstico, trazemos as reflexões feitas por Federici (2009) ao afirmar que este é o que denomina-se, numa leitura marxista, trabalho reprodutivo, responsável pela manutenção da vida e realizado predominantemente por mulheres auxiliadas por outras mulheres, na condição de parentes ou empregadas remuneradas.

O trabalho reprodutivo, para Federici (2009) ainda é apresentado como uma responsabilidade individual ou familiar, designada às mulheres, num sentido mais generalizado e, para que ele seja executado, elas necessitam do auxílio de outras mulheres, muitas delas em condições mais vulneráveis, de baixa renda e que necessitam do Estado para terem assistência no cuidado com seus próprios filhos. Ademais, sabemos que no Brasil essas mulheres são, majoritariamente, negras.

Segundo a análise do IPEA (2019) que realizou um estudo sobre o perfil das empregadas domésticas no Brasil, o trabalho doméstico é bastante expressivo na realidade de mulheres negras, de baixa escolaridade e renda. Há uma evidência de que este perfil refere-se a três características principais, sendo elas

> i) as heranças escravocratas de um passado muito recente no qual cabia à população negra o lugar da servidão, e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; ii) nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal; e iii) a expressiva desigualdade de renda que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores. (2019, p.08)

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Lopes (2008) com trabalhadoras domésticas corrobora com a constatação de que se trata de uma maioria de mulheres negras que vivenciam historicamente a segregação socioespacial, a limitação da mobilidade nos centros urbanos e as representações sociais pautadas na realidade de escravizadas domésticas no período pós-abolição. O trabalho doméstico remunerado representa uma importante alternativa para mães que exercem trabalho fora de casa e contribui para as responsabilidades domésticas destas mulheres que não contam com ajuda de familiares e do Estado para cuidado com os/as filhos/as. No entanto, é lastimável que o trabalho doméstico siga correspondendo a uma atividade precarizada, com baixa remuneração e baixo amparo do Estado, no que se refere a garantias trabalhistas e proteção contra violência e discriminações. (IPEA, 2019). A crítica de Gonzalez (1984) é assertiva ao relatar que a doméstica "nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas (GONZALEZ, 1984, p.230).

De acordo com o IPEA (2019) dos 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, como trabalhadores/as no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras –

destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas representam 63% do total de trabalhadores/as domésticos/as. Essa informação nos chama a atenção para a importância da leitura racial imbricada à leitura de gênero, geração e classe nas relações sociais, no mercado de trabalho, em posições de subempregos e quase ausência de grupos sociais não brancos em posições de prestígio social. A pouca presença ou quase ausência de mulheres negras no ambiente acadêmico, na condição de professoras e pesquisadoras, é um importante elemento que confirma a forte desigualdade sociorracial e de gênero no ensino superior, estendendo-se aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com Crisostomo e Reigota (2010) as mulheres negras estão subrepresentadas como docentes na universidade e enfrentam processos de exclusão provenientes das representações sociais negativas e estereotipadas construídas sobre elas. Segundo o Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2016, o índice de mulheres pretas com doutorado atinge 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo o país e as mulheres negras com doutorado representam menos de 3% do total de docentes. A partir do estudo do INEP (citado por FERREIRA, 2018) verifica-se que há uma prevalência de homens brancos como docentes na pós-graduação, seguida de professoras brancas, o que fortalece o exposto por Dias (2019) ao afirmar que, na sua condição de mulher negra, professora e pesquisadora, era/é considerada "quase da família da academia".

Verificamos, desse modo, que a desigualdade racial firmada no campo do ensino e da pesquisa nas universidades, confirma o racismo institucionalizado, a ausência de políticas de ação afirmativa nos concursos para professores/as efetivos/as e a dificuldade de professoras pesquisadoras de receberem aprovação nos editais de fomento à pesquisa, quando esta se refere a gênero e raça. Por este fator, verificamos na coleta de dados que 80% das mulheres entrevistadas são brancas e apenas 20% delas são negras.

Além do debate sobre a dissociação-valor do trabalho doméstico, destacamos também a importância da promoção do debate racial junto às relações de gênero ao verificarmos o perfil de nossas sujeitas pesquisadas, a saber, mulheres de classe média, docentes de ensino superior, técnico e tecnológico, majoritariamente, brancas e heterossexuais.

O caminho metodológico para a investigação

Conforme já mencionado, a etapa inicial da pesquisa foi realizar o levantamento e a análise bibliográfica embasados nas discussões das ciências humanas e da Geografia com foco nas categorias lugar, casa e trabalho relacionados às mulheres com perfil mães pesquisadoras professoras em tempo de pandemia. Para corroborar com a discussão teórica e verificar as realidades de trabalho a que as mães pesquisadoras professoras estão submetidas neste contexto de distanciamento social a segunda etapa foi a elaboração e envio de um questionário semiaberto com o intuito de capturar não apenas dados quantitativos, mas principalmente dados qualitativos como os sentimentos e percepções das entrevistadas. O questionário é composto por 53 questões sendo 32 objetivas e 21 abertas; apenas 02 (duas) dentre as objetivas não exigiam respostas obrigatórias e dentre as abertas apenas 03 (três). A ferramenta utilizada para a aplicação dos questionários foi o *google forms*, o que possibilitou a aplicação do questionário em tempos de distanciamento social a partir de redes de contatos e parcerias entre colegas de trabalho e grupos de pesquisa.

A princípio identificamos e selecionamos mulheres presentes nas redes de nossos cotidianos, como colegas de trabalho e conhecidas, que se encaixavam no perfil mães pesquisadoras professoras de universidades e institutos federais. Ao enviar o *link* do questionário por meio de redes sociais também foi solicitado que encaminhassem para outras mulheres que também atendessem ao perfil, aplicando assim o método *snowball sampling* gerando uma amostra não probabilística. O questionário ficou aberto para receber respostas de 09/05/2020 a 22/05/2020, apenas por 02 (duas) semanas, pois como o questionário está

composto por 21 questões abertas precisávamos de um grupo reduzido de respondentes para realizar as análises das respostas abertas.

Inicialmente enviamos o *link* para 10 mulheres dentro do perfil da pesquisa e obtivemos 45 questionários respondidos, porém dentre estes apenas 35 se qualificaram de acordo com o perfil de mãe-pesquisadora-professora de ensino superior e tecnológico. Dentre as respostas não qualificadas identificamos mulheres mães que não atendiam totalmente ao perfil solicitado: 08 professoras do ensino básico de escolas municipais e estaduais, 1 técnica administrativa de instituto federal e 1 pesquisadora da EMBRAPA. Mesmo não utilizando suas respostas consideramos um dado importante o interesse em responder o questionário o que demonstra que outros recortes e análises podem e precisam ser feitos.

A análise do conteúdo (Bardin,1977), foi aplicada as questões abertas do questionário semiaberto de forma a encontrar as categorias discursivas que constituíram os significados das vivências que estas mães, pesquisadoras e professoras tem experienciado em casa durante esse período de distanciamento social principalmente em relação a sobrecarga de trabalho.

As impressões e percepções das mulheres professoras pesquisadoras em casa

"É preciso uma aldeia inteira para criar uma criança"

Provérbio africano

Ao considerarmos o levantamento feito a partir do questionário aplicado, destacamos alguns elementos que delineiam o perfil das mulheres. Duas faixas etárias destacam-se, conforme pode ser observado na figura 1, 42,9% de mulheres com idade de 30 a 39 anos e 37,1% de mulheres entre 40 e 49 anos se consolidando como as principais faixas do estudo. Entretanto, ainda tivemos 8,6% de mulheres entre 20 e 29 anos e 11,4% de mulheres entre 50 e 59 anos. Como já citado anteriormente, elas se autodeclararam 80% brancas e 20% negras, aqui também nessa pesquisa subrepresentadas. A predominância do alto nível de escolarização das entrevistadas ficou representada por 54,3% de doutoras, 25,7% de mestras, 17,1% de pós-doutoras e 2,9% que possui apenas graduação. Além desta alta qualificação 60% delas atuam como docente no ensino superior e 40% atuam como docente no Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Estas mulheres estão distribuídas em 15 diferentes instituições de ensino e pesquisa de 9 estados brasileiros – Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Estados como Goiás e Rio de Janeiro se destacam concentrando respectivamente 45% e 11,4% das entrevistadas.

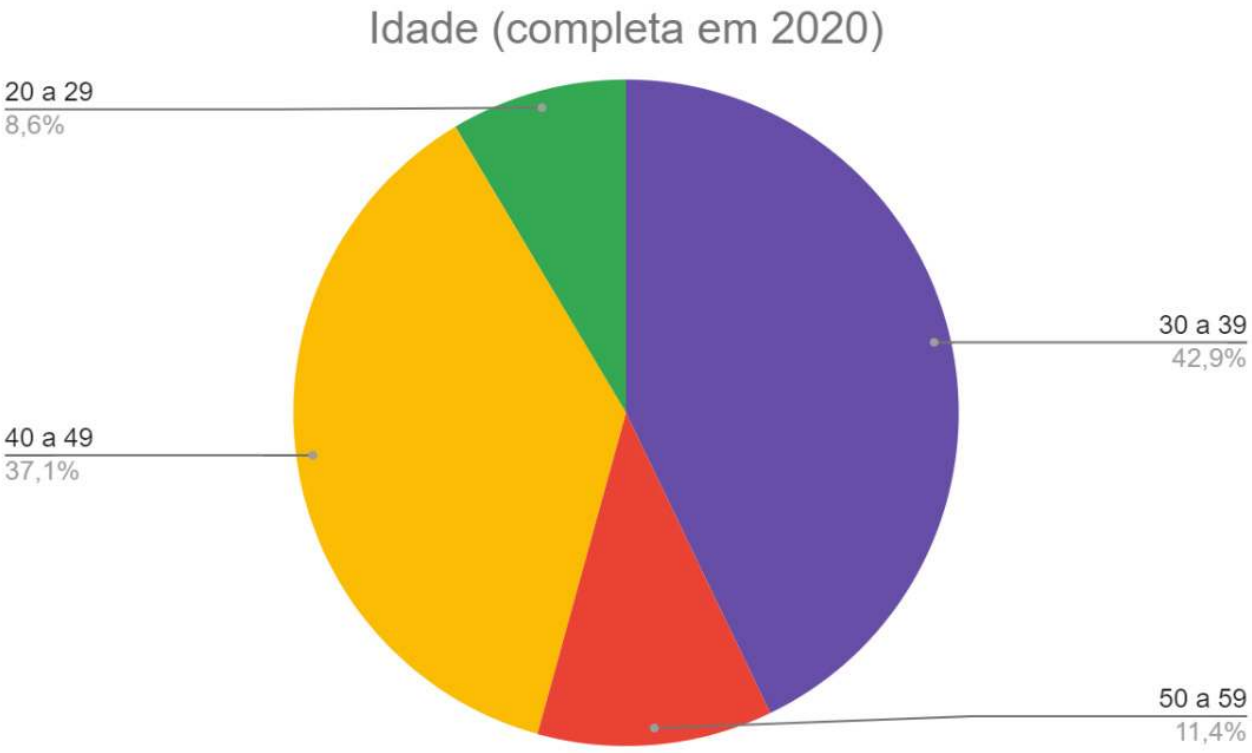

Figura 1- Faixas etárias
Fonte: *Questionário com mães pesquisadoras professoras, maio de 2020*

Estas mulheres desenvolvem trabalho acadêmico e docente de ampla gama de atividades, conforme já conhecido pela comunidade acadêmica, mas ainda mistério para compreensão da maior parte da sociedade. Das entrevistadas 77,1% afirmam estar desenvolvendo pesquisa cadastrada na instituição em que trabalham e 22,9% não. Destas que desenvolvem pesquisa 45,7% informam que seu projeto tem duração de 1 ano, enquanto que 22,9% informam 2 anos de duração e 8,6% 3 anos. Pesquisas mais longas se traduzem em mais trabalho, mais responsabilidades e comprometimento, por isso a maior parte das pesquisas terem duração de apenas 01 (um) ano nos chama atenção e alerta para a necessidade de pesquisas que aprofundem e debatam os ciclos temporais de projetos de pesquisas desenvolvidas por mulheres e homens.

Parte destas pesquisadoras teve o desenvolvimento de suas pesquisas diretamente afetado pelas consequências da pandemia, pois 60% das entrevistadas que desenvolvem pesquisa atualmente informaram que tiveram atividades relativas à pesquisa (como laboratoriais e/ou de campo) interrompidas em decorrência da imposição do distanciamento social.

Se algumas atividades laborais foram interrompidas total ou parcialmente como as de pesquisa e para algumas as aulas, para outras o restante do trabalho docente continuou sendo executado remotamente: 48,6% continuam preparando de aulas, 82,9% fazendo leituras relativas ao trabalho, 77,1% fazem orientação (de Pibic, TCC, dissertação, tese), 51,4% correção de trabalhos acadêmicos, 54,3% pareceres e/ou editoração, 17,1% elaboração de cursos *on line*, 57,1% estão realizando cursos (de capacitação) *on line,* 97,1% estão participando de reuniões *on line*, 45,7% estão participando em comissões, 34,3% estão desenvolvendo funções administrativas, 71,4% escrita de artigos e 17,% ainda indicaram que desenvolvem outras atividades além dessas citadas.

Todas estas atividades acadêmicas que estão sendo desenvolvidas remotamente disputam tempo e espaço com os cuidados da família e da casa. E ao evidenciarmos o peso que o trabalho doméstico exerce na realidade destas mulheres reconhece-se que ele não é um trabalho como os outros, mas sim a representação de uma manipulação e violência promovida, não apenas pelas novas relações espaço- temporais que a pandemia impôs, mas

antes e basilarmente, pelo capitalismo. Nas relações trabalhistas usuais, a impressão que o/a trabalhador/a carrega é que é pago/a pelo seu trabalho de forma justa, camuflando o valor da sua força de trabalho e suprimindo o trabalho não pago da cadeia produtiva entre capital e trabalho. No entanto, Federici (2011) aponta que

> a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta. (2011, p.42)

Portanto, o trabalho doméstico que, nas instâncias sociais e culturais, foi compreendido como necessário para o bem estar familiar, representa privação para muitas mulheres, não remuneração, além de acumuladas jornadas de trabalho. Trata-se, nesse sentido, de compreendermos a importância de pensarmos a casa, o lar, o espaço doméstico e suas atribuições como espacialidades relevantes na desconstrução de uma visão romantizada e dominante de lar, reproduzida, inclusive, por vertentes humanísticas na ciência geográfica. O que entendemos por "lar doce lar" pode representar lugar de opressão, de desgaste físico e mental, de acúmulo de funções e de dificuldades em manter uma rotina equilibrada entre trabalho e descanso.

Se esses apontamentos de Federici descrevem a lógica da generificação do trabalho doméstico antes da pandemia de COVID-19 em 2020, a casa, ou o lar, se torna o espaço-chave para a compreensão dessa antiga e forçosa naturalização da opressão pela sobrecarga de trabalho doméstico que recai sobre as mulheres mesmo estas tendo outras funções laborais para com o espaço extra-casa. Pois, mesmo dentre o grupo de mulheres acadêmicas, que conseguiram ou optaram – a partir das estruturas de oportunidades de cada trajetória – sair do trabalho doméstico para o trabalho valorizado, remunerado e executado no espaço público, quando retornam aos seus lares por imposição do distanciamento social recebem de volta toda a naturalização da obrigação do trabalho doméstico feminino.

O nosso levantamento junto a mulheres constatou que 60% das entrevistadas vivem esta realidade de relações de gênero desiguais no espaço doméstico, pois afirmaram que o trabalho doméstico não era dividido de forma igualitária antes da pandemia e 40% disseram que sim. E a proporção se mantém a mesma durante o período de distanciamento social. Porém, antes da pandemia contavam com o sistema de apoio (OLIVEIRA, 2020) como a escola dos/as filhos/as e familiares e vizinhos que ajudavam com a execução de diversas tarefas.

Antes do distanciamento social 37,1% contavam com ajuda não remunerada de outras pessoas como pais, irmãs na preparação de alimentação e cuidados com filhos e familiares e 62,9% não. Porém 82,9% afirmaram contar com os serviços remunerados de terceiros referentes a execução do trabalho doméstico e familiar e 17,1% não. Dentre as respostas apareceram os termos "faxineiras", "diaristas", "domésticas", "empregadas", "passadeira" e "babás". A nomenclatura dada às profissionais citadas, em sua totalidade aparecem no feminino e em trabalhos do *care*, ou seja, outras mulheres que vão cuidar da casa, da roupa, tomar conta dos filhos – discussão já abordada e baseada em Hirata (2011). Isso evidencia que a evolução do debate sobre a naturalização do trabalho doméstico como feminino, da generificação das relações socioespaciais e da divisão sexual do trabalho caminha a passos lentos mesmo em uma classe média, intelectualizada com acessos diversos.

Um dado muito importante para compreendermos a sobrecarga de trabalho para as mães é que 51,4% dos filhos ficavam antes da pandemia ao menos meio período fora de casa desenvolvendo atividades de ensino, cultura, esporte e lazer. E 17,1% em período in-

tegral. Isso dava para as mães tempo para se dedicarem a outras atividades além do *care*.

Conforme podemos observar na figura 2 a seguir a maioria (entre 19 e 27 das 35 entrevistadas) das mulheres em relacionamentos heteroafetivos afirmaram que praticamente todas as tarefas domésticas como limpeza e organização da casa; preparo da alimentação; cuidados com filhos/as pequenos/as (banho e alimentação); acompanhamento das atividades escolares remotas dos/as filhos/as; planejamento e delegação dos trabalhos domésticos; planejamento e controle do abastecimento doméstico; cuidados médicos dos/as filhos/as (agendar consultas, horários de medicamentos, etc.); planejamento das rotinas da casa (mandar tomar banho, estudar, dormir); recaem sobre elas e apenas reparos eventuais na casa (elétricos, hidráulicos, instalações diversas, etc.) que ganha destaque com 20 entrevistadas indicando que este trabalho, em específico, fica para seus companheiros homens. Mas 13 mulheres indicam que elas mesmas fazem os reparos. E entre 3 e 7 respondentes afirmam que algumas destas tarefas são partilhadas igualmente com o companheiro, e sobe para 9 quando se refere a lazer com filhos e cuidados de filhos pequenos.

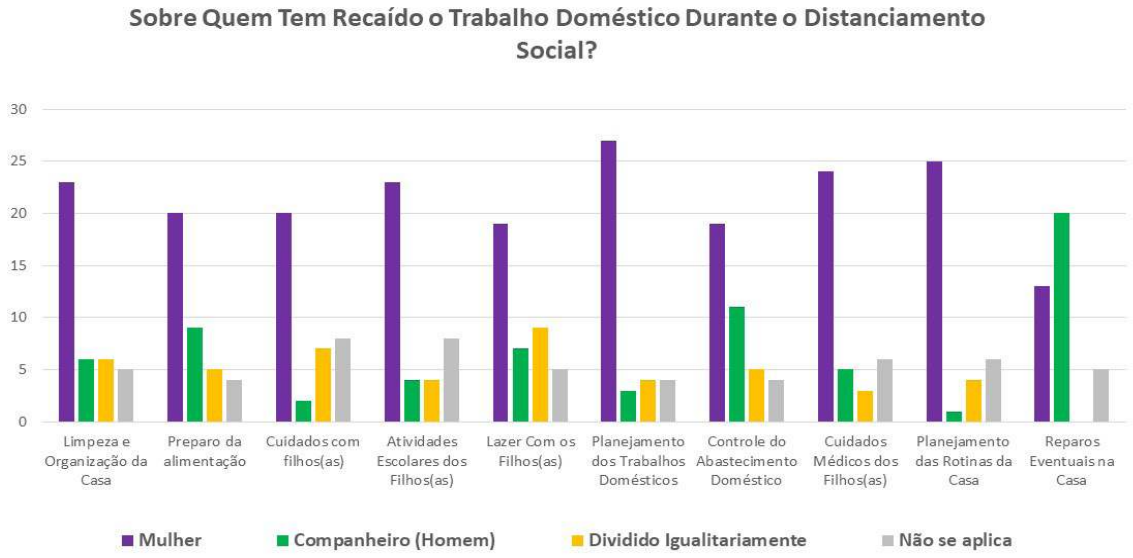

Figura 2 - Sobre Quem Tem Recaído o Trabalho Doméstico Durante o Distanciamento Social
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Um ponto importante para o questionamento sobre as engrenagens que moldam as relações socioespaciais de mulheres e homens com a casa e o trabalho doméstico, incide no fato de que este tem sido tratado, historicamente, como um atributo feminino constituído por uma psique ligada ao cuidado e à manutenção da vida. Aí se apresenta de maneira mais forte a crítica traçada por Federici (2011) ao observar que o trabalho doméstico tornou-se "um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina" (2011, p.42).

A nossa pesquisa revela oposto ao demonstrar o que sentem as mulheres sobre o total de trabalho a ser realizado inclusive o doméstico que a maior parte delas não executava sozinha e nem em tempo integral antes da pandemia e da necessidade de distanciamento social. As respostas foram agrupadas em dois grupos, o primeiro grupo da figura 3 abaixo traz as respostas de sentido negativo, com a maioria das respostas das entrevistadas e o segundo grupo com apenas duas respostas de entrevistadas, porém de sentido positivo:

Grupo 1 - Respostas a respeito de sentimentos e percepções de sentido negativo	33 respostas citaram a palavra "desespero"; 8 citaram a palavra "ansiedade"; 6 citaram que sentem "frustração" (frustrada com a não realização da tese e trabalho); 6 citaram que sentem "incapacidade"; 5 citaram que sentem "cansaço" e/ou "exausta"; 3 citaram "angustia"; 2 citaram "impotência"; 2 citaram "raiva" e "desanimo"; 1 citou "insuficiente"; "sobrecarregada"; "irritação"; "culpada"; "medo"; "insegura"; "indignação"; "estresse"; "chateada pelo não desejável"; "Ficando louca"; "É difícil ser mulher, queria ser homem".
Grupo 2 - Respostas a respeito de sentimentos e percepções de sentido positivo	2 respostas: "Não tenho me estressado com essas questões"; "algumas poucas vezes".
Observação: as palavra podiam aparecer repetidas em diferentes respostas	

Figura 3 – Percepções e sentimentos em relação a sobrecarga de trabalho em tempo de pandemia
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020.*

Destacamos nessas respostas na figura 3 acima que a maior parte das respostas se agrupam por serem de sentido negativo os sentimentos e percepções relatados. Dentre elas grifamos ao final do Grupo 1 – Respostas a respeito de sentimentos e percepções negativas: *"chateada pelo não desejável"; "Ficando louca"; "É difícil ser mulher, queria ser homem"*. Estas 3 respostas resumem e denotam exaustão de grande parte das mulheres e que não há trabalho naturalmente feminino, mas há relações socioespaciais desiguais para homens e mulheres a ponto de se verbalizar o desejo de querer ser homem.

A figura 4 a seguir, evidencia as respostas sobre quais atividades do trabalho doméstico tem gerado mais desgaste mental e/ou fisicamente nesse período de distanciamento social, sendo possível notar maior número de referências as diversas atividades do trabalho doméstico conforme podem ser observadas as descrições no Grupo 1; mas no Grupo 2 aparecem duas respostas informando que "todas" as atividades domésticas causam desgaste e "exaustão" nesse contexto; no Grupo 3 o *care* com pessoas crianças e idosa aparece indicado; e no Grupo 4, apenas 02 pessoas indicam não estar se desgastando com nenhuma atividade doméstica, grupo 4.

Grupo 1 - Respostas que indicam trabalho doméstico e cuidados com filho e idosa	15 limpeza da casa (roupas, lavar louça, cozinha)organização; 4 alimentação (planejamento e preparo); 1Planejamento e delegação de trabalhos domésticos ; 2 compras;
Grupo 2 - Respostas que indicam todos os trabalhos domésticos	2Todas, me sinto exausta;
Grupo 3 - Respostas que indicam cuidados com pessoas (crianças e idosa)	6 cuidados com filhos; 2 aulas on line e A alfabetização da minha filha.; 1 cuidar de idosa;
Grupo 4 - Respostas que indicam não estar se desgastando com trabalho doméstico	1 Até o momento conseguimos dividir bem as atividades ; 1 nenhum.

Figura 4 - Trabalho doméstico que mais tem desgastado física e mentalmente durante o distanciamento social 2020.
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Complementar a esse entendimento quando perguntado sobre qual trabalho não é realizado em consequência da sobrecarga as respostas se dividem em dois grupos (Figura 5 a seguir) a saber: do trabalho doméstico e trabalho remunerado e estudos:

Grupo 1 - Respostas de adiamento de Trabalho Doméstico	18 respostas informam adiar o trabalho doméstico (como limpeza, cozinhar, passar roupas, reparos na casa); 3 respostas sobre o cuidado com os filhos (como lazer e terapia); e 1 resposta cuidados com animais de estimação.
Grupo 2 - Respostas de adiamento do Trabalho Remunerado e Estudos	14 respostas informam "meu trabalho" e "meus estudos" (acadêmico, doutorado, pesquisa, leitura, preparar aula, estudar – cursos de inglês, capacitação e treinamentos e EaD); 2 respostas sobre trabalho remunerado: "todo tipo de acordo com prazos"; "sempre tem trabalho adiado com frequência".
Observação: as respostas podiam indicar mais de um tipo de trabalho adiado por isso podem aparecer repetidas)	

Figura 5 – Trabalho adiado por não ser possível realizá-lo em consequência da sobrecarga de trabalho
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Ambos os grupos de respostas demostram que quando não dá para executar todo o trabalho por conta da sobrecarga, o doméstico é mais adiado que o remunerado, inclusive já apontado anteriormente como "*não desejável*", mas por uma diferença pequena. Há também vários registros de adiamento do trabalho remunerado e estudos, evidenciando que em ambos os casos o prejuízo recai principalmente sobre a mulher, já que na maior parte delas (60% não tem divisão igualitária do trabalho doméstico) são as responsáveis pelo trabalho doméstico a ponto de precisar abrir mão da execução do seu trabalho remunerado e estudos ou adiá-los para atender as principais demandas da casa e família, quando necessário.

Quando perguntado sobre o que mais afeta a execução do trabalho remunerado, as respostas são divididas em 3 grupos na figura 6, onde ficam evidentes as consequências negativas da sobrecarga de trabalho no trabalho remunerado da maioria dessas mulheres:

Grupo 1 - sobreposição de funções	Em 8 respostas aparecem "demanda dos filhos e outros"; "compartilhar tempo"; "ter que ficar delegando todas as tarefas de casa"; "perco noção de tempo"; "Conciliar horários para reuniões online".
Grupo 2 - ausência de condições ideais a produção intelectual	8 respostas indicam "barulho"; 6 indicam "distração"; 3 informam estar "sem concentração"; 3 indicam a constante de "interrupção"; "não tenho condições ideais"; "dificuldade de realizar trabalhos",
Grupo 3 - Sem ou pouco empecilhos	2 respostas indicam que as que "Não afeta ou afeta pouco"; e que: "Melhora nas reuniões em equipe".

Figura 6 - Maior dificuldade para a realização do trabalho remoto durante esse distanciamento social
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Sobre o maior empecilho para, especificamente, a produção acadêmica e científica neste contexto de distanciamento social os relatos das entrevistadas se dividem em quatro grupos, conforme o figura 7, onde evidencia mais uma vez como as atividades do trabalho doméstico causam prejuízos para as mulheres, só que especialmente na vida profissional, pois além de gastarem tempo nos afazeres descritos abaixo, há o acúmulo de funções como também as consequências emocionais e psicológicas que dificultam a construção intelectual, como grifado no grupo 2. Vale o registro de destaque, no grupo 1, da sugestão de divisão de trabalho com filho, afinal a responsabilidade pela casa, roupas e alimentação deve ser compartilhada com todos os seus moradores dentro de suas limitações e possibilidades:

Grupo 1 – sobre carga de trabalho/falta de tempo	"sobrecarga de tarefas domésticas"; "trabalho e demanda dos filhos: interrupções constantes"; "cuidado com filhos"; "acúmulo de tarefas domésticas"; "divisão desigual das atividades, principalmente com o filho"; "falta de tempo"; "falta de rotina"; " todos".
Grupo 2 – ausência de condições pessoais	" desgaste físico e emocional"; "psicológico"; "falta de motivação";" falta de foco e concentração"; "ter a cabeça tranquila para elaborar a construção intelectual. Não estou tendo"; "A ansiedade com as atitudes do presidente".
Grupo 3 – ausência de condições materiais e objetivas de trabalho	"Fazer a coleta de dados em campo para obtenção dos dados"; "Qualidade da internet"; "Inacessibilidade a laboratório e atividades de campo"; "local adequado"; "muito tempo de atenção aos alunos"
Grupo 4 – sem empecilhos	"sem empecilhos"; "como minha pesquisa é inicial, não há empecilhos graves".

Figura 7- Maior empecilho para a produção de acadêmica e científica neste contexto de distanciamento social
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Também é possível ver que a não possibilidade de realização de trabalhos de campo e uso de laboratórios tem afetado a produção de duas entrevistadas. A ausência de local adequado em casa foi citada, assim como a nova dinâmica de aulas remotas, onde o trabalho e tempo disponível para acompanhamento dos professores/as para com os alunos tendem a aumentar. E por fim, duas respostas que compõem o grupo 4 que não estão tendo nenhum empecilho.

Sobre os melhores horários para trabalhar fica evidenciado que a dedicação ao trabalho remunerado, docência e pesquisa, fica subalterna a dinâmica da casa e dos filhos. Nas respostas aparecem como melhor horário para trabalhar: "*quando filho dorme*", "*quando os filhos estão em aulas on line*", "*de madrugada*", "*a noite depois que filho dorme*" e chega a aparecer "*Não tem, talvez de madrugada*" evidenciando que a carreira profissional acaba ficando segundo plano, não necessariamente uma escolha, talvez apenas uma decisão entre as poucas opções que a realidade do sistema patriarcal muitas vezes tem oferecido.

De acordo com a figura 8 a seguir 48,6% das entrevistadas informaram que o(s) filhos demandam mais a mãe que o pai. Enquanto que apenas 2,9% demandam mais o pai. E 17,1% ambos e 31,4% não se aplica a sua realidade.

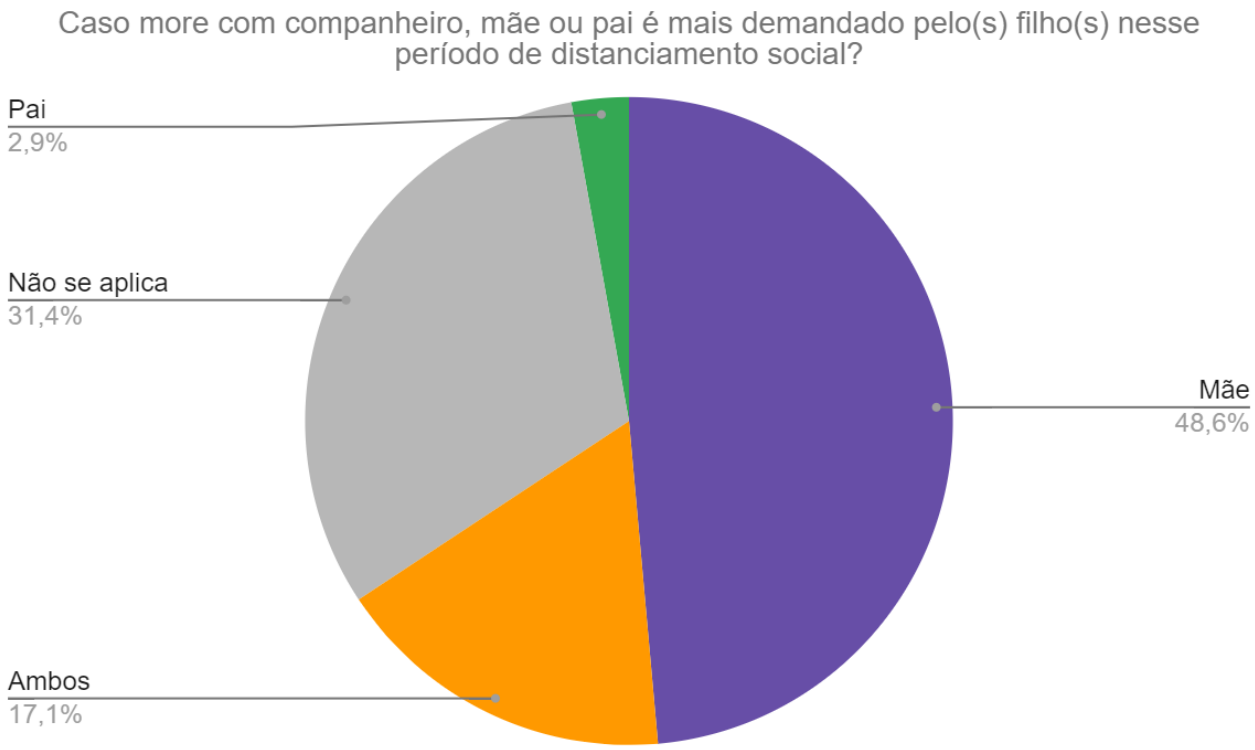

Figura 8 – Demanda dos/as filhos/as em distanciamento social
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Concomitante ao trabalho doméstico como atributo feminino, deparamo-nos com a condição da maternidade enquanto um fenômeno social marcado por desigualdades sociais, raciais e de gênero. Este fenômeno atinge de forma distinta mulheres em contextos culturais distintos, no entanto, nas sociedades ocidentalizadas há o predomínio de um modelo de maternidade atual calcado em números reduzidos de filhos/as e mães que trabalham fora de casa (SCAVONE, 2001). Fato este que observamos no nosso grupo de mães entrevistadas, pois a maior parte delas tem apenas um filho morando em casa, ou seja, 68,6%. Já 22,9% moram com 2 filhos e 8,6% com 3 filhos ou mais. E 82,9% compartilham casa com companheiro(a) e 17,1% não compartilham casa com companheiro(a).

Ao referenciar Giddens, Scavone (2001) apresenta o fato de que a maternidade trata-se de uma invenção a partir do final do sec. XVIII em diálogo com outros ideais como o amor romântico, a criação do lar e a relação entre pais – neste caso, incluindo as mães – e filhos. Com o declínio gradual do poder quase absoluto da figura masculina e paterna sobre as famílias, a importância maternal no âmbito familiar ganha uma proporção maior e, junto a isso, a relação entre feminilidade e maternidade. No entanto, ao longo do século XX, este recorte ganha ajustes nas sociedades europeias na medida em que as mulheres mães adentram o campo profissional e o espaço público ao mesmo tempo em que mantêm a responsabilidade quase total pela criação dos/as filhos/as. Assim,

> o advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para criação do dilema de ser ou não ser mãe. Um dos elementos que viabilizou a escolha da maternidade foi, sem dúvida, a contracepção moderna. (SCAVONE, 2001, p. 51).

Desse modo, a relação atual de muitas mulheres com a maternidade vem incluindo uma escolha reflexiva a partir de questionamentos mais profundos sobre uma decisão que acarreta alterações no cotidiano de toda a família, bem como traz a (re)discussão sobre o lugar do pai.

Verificamos que o maior grupo de mães entrevistadas, 45,7% delas, tem filhos/as de 0 a 4 anos, uma faixa etária que depende muito de cuidadores para todas as atividades diárias,

pois não comem, não tomam banho e não dormem sozinhos necessitando de atenção *full time*. As duas próximas faixas etárias geram atenção maior do posto de vista da orientação e gestão de risco: 22,9% das entrevistadas tem filhos/as de 5 a 9 anos, 25,7% de 10 a 13 anos. E 14,3% moram com filho/as na faixa etária de 14 a 17 anos e 14,3% moram com filhos de 18 a 24 anos.

Apesar da maternidade não se tratar de uma escolha capaz de condicionar as mulheres à falta de protagonismo ou autonomia em sua condição de mulher, profissional e acadêmica. Para Barbosa (2016)

> a maternidade tem facilitado a possibilidade de a mulher ser mantida no lugar a ela destinado quando da formação do patriarcado. Para que seja eficiente essa ideia, construções várias são feitas com relação aos cuidados com os filhos e tais construções produzem discursos que projetam na sociedade aquilo que ela espera de uma mãe: que ela seja a grande detentora da capacidade de gerar, educar e formar seres humanos para o mundo. O filho é da mãe! Mãe é mãe. Pai é outra história (BARBOSA, p.20)

A leitura naturalizada da maternidade como destino para a realização plena feminina é uma afirmação sexista. O sexismo é o mecanismo eficaz, combinado ao sistema moderno colonial, para a manutenção de uma realidade excludente e sutil no que se refere ao afastamento compulsório das mulheres do mercado de trabalho, acesso dificultado à formação profissional e/ou acadêmica e acúmulo de funções, quando na condição de mães. Essa assertiva é reforçada por Lugones (2008) ao afirmar que a estrutura do sistema moderno colonial também é calcada em marcadores da diferença como gênero e raça. A colonialidade do poder torna-se ainda mais densa na medida em que se considera a lógica opressiva da modernidade colonial que hierarquiza grupos sociais conforme seu pertencimento racial, de gênero, étnico e sexual, portanto, ela a denomina de colonialidade do gênero. As dicotomias e os binarismos são importantes fatores que compõem o pensamento moderno colonial no que se refere a raça, gênero e sexualidade, fortalecendo uma lógica de desumanização de pessoas e grupos sociais por meio da colonialidade do ser (LUGONES, 2014).

O momento atual fragilizado pela pandemia do novo corona vírus acentuou as desigualdade sociais, econômicas, raciais e de gênero na realidade brasileira e, no que se refere à rotina cotidiana de mulheres em distanciamento social - professoras pesquisadoras mães, verificamos um agravamento do cansaço e da dificuldade em conciliar tarefas e atividades exigidas ao longo do dia. Nos deparamos, além disso, com a sensação de culpabilização destas mulheres em tentarem conciliar a maternidade e o trabalho acadêmico, o que incide na produção e no tempo destinado ao cuidado com os/as filhos/as. Estudos realizados nos EUA e na França corroboram com a disparidade na quantidade de tarefas ligadas ao cuidado exercidas por mulheres em detrimento do quantitativo exercido por homens, no que se refere a casais heterossexuais com filhos (HARRIS INTERACTIVE FR, 2020; MINELLO, 2020). Trata-se de evidenciar que, além das jornadas múltiplas destas mulheres, há um aumento no número de atividades, deixando-as exaustas e preocupadas em atender a grande parte das exigências laborais.

Conforme apresentado na figura 9 a seguir 37,14% das mães indicam que o sentimento em relação a maternidade nesse período adverso é tranquilo. Porém outras 37,1% apontam esgotamento. E 25,8% preferiram relatar com respostas pessoais indicando que, para além de esgotamento ou tranquilidade, existe um misto de sentimentos:

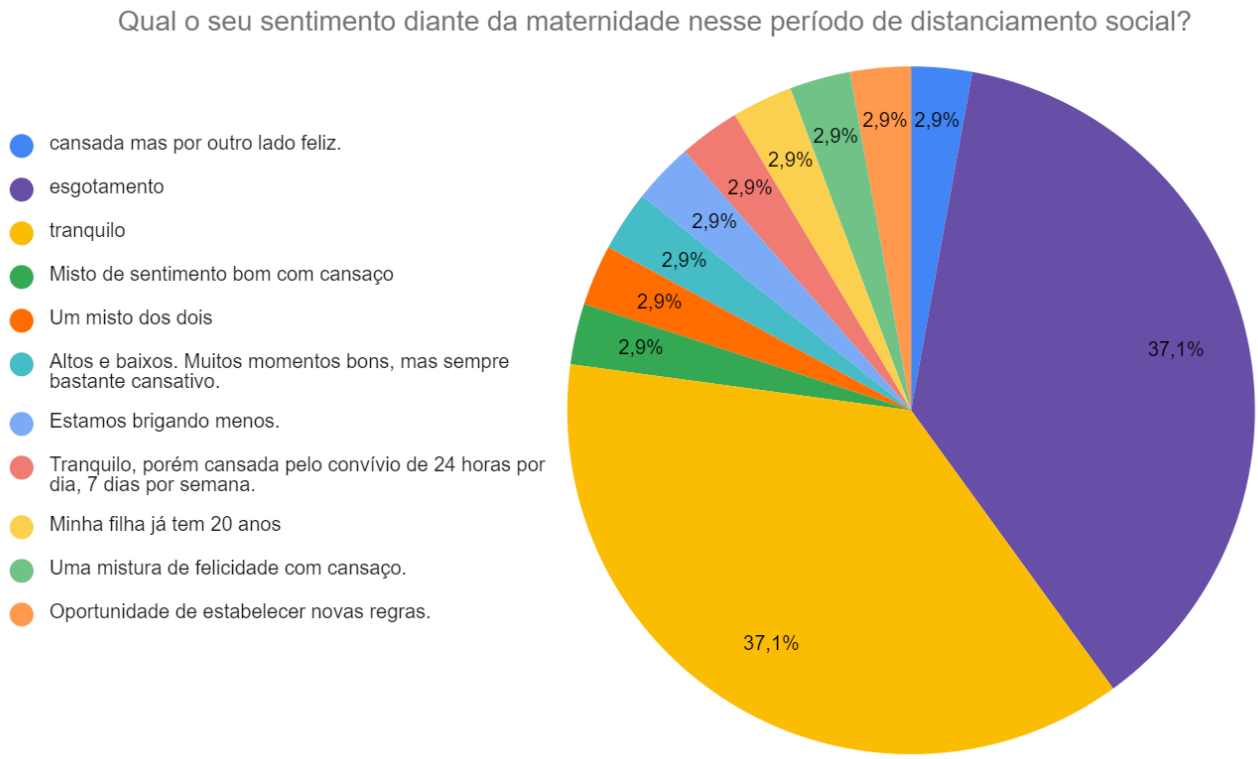

Figura 9 – Sentimento sobre a maternidade no distanciamento social

Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

> *"Misto de sentimento bom com cansaço"; "Um misto dos dois"; "Uma mistura de felicidade com cansaço"; "Altos e baixos"; "Muitos momentos bons, mas sempre bastante cansativo".*
>
> *"Oportunidade de estabelecer novas regras de divisão de tarefas domésticas e estreitamento das relações interpessoais". "Estamos brigando menos. Tento ser mais compreensiva e escolher as palavras. Meu filho me atende mais e tem dado menos trabalho. Apenas as tarefas escolares nos pressionam um pouco". "Tranquilo, porém cansada pelo convívio de 24 horas por dia, 7 dias por semana".*

Um desafio imposto às mulheres neste novo cenário é a nova e quase impossível gestão da relação tempo-espaço, que gera sobrecarga de trabalho. Conforme relataram as entrevistadas com frequência, as maiores dificuldades estão nesta gestão, pois o trabalho remoto somado ao trabalho doméstico, cuidado com filhos/as e ajuda com ensino remoto dos filhos/as é dispendioso.

Elas ainda afirmaram que isso tem gerado desgaste físico, emocional e psicológico e coisas ficam sempre por fazer como a pesquisa e a atenção para os filhos/as. A qualidade da internet e o compartilhamento de equipamentos (computador, *tablet*, celular) com demais membros da família também foi citado, em menor proporção.

Essa sobrecarga de trabalho e impossibilidade de gestão dessa nova relação espaço-tempo a contento tem gerado diversos sentimentos e emoções. A partir das respostas foi possível identificar 04 grupos de sentimentos, emoções e percepções, conforme pode ser observado na figura 10:

Grupo 1 - negativos (termos presentes nas respostas 30 respostas, alguns se repetem)	“Ansiosa e cansada”, “Apreensiva”, “frustrada”, “desanimada”, “extremamente cansada”. “Muito pressionada, muito trabalho”; “impossível”; “cansada e depressiva”; “agoniada, angustiada, sem rendimento que gostaria”. “O contato social é muito importante. Trabalho remoto não substitui”. “Exausta e ansiosa por conta do que não dei conta de fazer! Muita dedicação, sempre algo por fazer”. “Ansiedade e estresse, desorganização da vida”. “Nada confortável, ruim, um inferno”; “sufocada, ineficiente, sobrecarregada”. "Não rende ou funciona como presencial. Muita dificuldade, chateações. Sinto muita falta das aulas presenciais."; "Confusa, com dificuldades de estabelecer uma rotina que me deixe bem. Me sinto sem tempo e sem rotina."; "Sem preparo por ser uma situação surpresa."; "Desmotivada, tento focar."
Grupo 2 - positivos (2 respostas)	“Pude me dedicar mais à pesquisa. Bem, tenho tido tempo e condições adequadas.” “Tem sido desafiador, mas ao mesmo tempo gratificante, pois tenho conseguido cumprir as atividades passando mais tempo com minha família.”
Grupo 3 - positivos relativos (1 resposta)	“É muito positivo a redução de deslocamento até o local de trabalho. De modo geral me sinto adaptável no que se refere às atividades de pesquisa, administração, mas não às questões de ensino. Não conseguiria produzir conteúdos em tempo hábil para ministrar aulas online. Era favorável antes de usá-lo, mas percebo que mas minhas condições e espaço físico complica a rotina familiar quando TODOS do ambiente também trabalham remotamente ao mesmo tempo.”
Grupo 4 - diversos (2 respostas)	“Mal, não atingimos muitos alunos, a maioria sem acessibilidade, tinham acesso no campus.” “Saudade da academia! Contato e troca de afetividade e conhecimento”

Figura 10 – Percepções e sentimentos em relação a sobrecarga de trabalho durante o período inicial do distanciamento social de 2020
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

As respostas se dividiram em 03 grupos, sendo as que se aglutinaram por percepções negativas, positivas e esperançosas, conforme pode ser averiguado a seguir na transcrição dos apontamentos das entrevistadas na figura 11:

Grupo 1 - negativas:	"horrível, mal"; "muito infeliz"; "frustrada"; "muito triste"; "triste"; "cansaço em nível elevado"; "um pouco frustrada"; "cansada e frustrada"; "cansada e esgotada"; "querendo descansar e dormir"; "cansada e insegura"; "cansada física e emocionalmente"; "culpada, irritada e insuportável"; "desanimada ansiedade; preocupada com consequências, incapaz"; "falta de estar sozinha"; "falta de fazer coisas que relaxam, sair"; "impossibilidade de fazer o que gostaria"; "Fico perguntando se sou só eu".
Grupo 2 - positivas:	"normal"; "bem"; "tranquila".
Grupo 3 - esperançosa:	*"vai passar"; "tento ter pensamento positivo no sentido que tudo isso passará"; "Procuro me equilibrar mais. Procuro viver mais intensamente minha fé e estar atenta para tentar lidar melhor e ouvir os amigos e familiares".*

Figura 11 - Sobre cansaço e/ou esgotamento mental durante o período inicial do distanciamento social de 2020
***Fonte:** Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Sobre os sentimentos dessas mulheres ao final do dia inteiro de trabalho sem fim três grupos de sentimentos se constituíram a partir das respostas, conforme podem ser observados na figura 12:

Grupo de respostas positivas	5,7% animada e realizada; 2,9% "Satisfeita com aquilo que consegui realizar"
Grupo 2 respostas mista (cansaço e esgotamento, mas se sentem realizadas)	14,3% cansada e realizada, 5,7% esgotada e realizada; 2,9% "varia muito", 2,9% "Sinto um misto dessas emoções com oscilações diárias"; 2,9% "Sinto-me com energia pela falta de exercícios pesado porém cansada das atividades domésticas"
Grupo de respostas positivas:	5,7% animada e realizada; 2,9% "Satisfeita com aquilo que consegui realizar"

Figura 12 – Sentimentos ao final do dia durante o distanciamento social, 2020
***Fonte:** Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Ao final da jornada de trabalho, as mulheres estão esgotadas física e mentalmente, o que tem apresentado impacto negativo também sobre a libido das mesmas. Numa leitura freudiana, Masotta (1987) afirma que a libido é uma expressão para o instinto sexual, uma palavra que designa a pulsão, que carece de objeto. E, numa condição de trabalho quase 24 horas por dia, fica impossível organizar-se mental e psicologicamente para a prática do sexo. Dentro deste contexto de sobrecarga de trabalho perguntamos então sobre a libido dessas mulheres.

Não foi surpresa ver que boa parte delas tiveram a libido afetada com tanto desgaste físico, emocional e psicológico. Das respondentes desta questão (de resposta não obrigatória) sobre a libido as respostas se dividiram em 3 grupos, conforme figura 13:

Grupo 1 positiva:	2 informaram que a *"libido aumentou"*; 8 informaram que está como antes: *"libido normal"; "como antes, muito bem"*.
Grupo 2 negativa:	19 informaram que está "*reduzida"; "baixa"; "péssima"; "cansaço interfere"; ausente", "zero", "não tenho", "nenhum"; "desgastante".*
Grupo 3 mista:	2 respostas afirmam que *"libido oscilante"*; *"mais ou menos"*

Figura - 13 A sobrecarga de trabalho e a libido durante o distanciamento social 2020
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

Por fim, o que poderia ser diferente na rotina diária as 32 respostas foram agrupadas em 3 grupos, conforme figura 14, que evidenciam que é necessário dar continuidade ao processo de conscientização da sobrecarga de trabalho e sobreposições de funções engendradas nas relações socioespaciais que generificam o trabalho:

Grupo 1 – consideram tudo bem:	3 respostas afirmam que não se sentem sobrecarregadas.
Grupo 2 – sem opinião definida:	3 respostas afirmam *"não sei"*.
Grupo 3 – necessária divisão do trabalho:	9 respostas apontam a necessidade de dividir o cuidado da casa e dos filhos; além de 4 respostas que apontam a ajuda extra da família (avós) e outras pessoas (fora de casa) com os filhos.
Grupo 4 – ideias diversas	:"*Uma casa autolimpante"; "Ter esperança que o país está fazendo a coisa certa" "Ter mais tempo para relaxar"; "Falar virtualmente com amigos";* 2 apontam diminuir a rotina escolar remota dos filhos; 2 apontam organizar tempo e cumprir horários. 4 apontam: *"diminuir trabalho remoto e cobranças"; "ter mais tempo para mim, meu trabalho sem interrupções".*

Figura 14 - O que poderia ser diferente na rotina diária
Fonte: *Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020*

A partir deste levantamento de impressões e percepções das mulheres e o relato sobre os sentimentos que aparecem diante de sua realidade socioespacial, verificamos uma variedade de sentidos e significados expressos por uma dimensão espacial do morar e do viver que interfere na sua relação com a maternidade, com o trabalho, com o companheiro e com a construção de sua identidade profissional e pessoal.

Para não concluir

o excesso de trabalho de mulheres pesquisadoras professoras mães é um importante elemento para pensarmos na desigualdade das relações de gênero no espaço, sobretudo no espaço doméstico, circunscrito ao privado e íntimo. Ao relatarmos as experiências destas mulheres a partir de uma investigação, reforçamos a urgente necessidade de estudos geográficos pautarem-se nas distintas realidades produzidas pelos sujeitos no âmbito espacial.

Reforçamos os importantes trabalhos desenvolvidos numa perspectiva geográfica feminista que alertam para a reprodução do machismo, racismo e homofobias em espaços de poder e privilégio como é também o espaço acadêmico, uma estrutura corporativa conservadora, como lembra hooks (2018). Ao verificarmos o trabalho desenvolvido por Staniscuaski et al (2020), concordamos com o fato de que há um desequilíbrio de produtividade

na ciência durante a pandemia, quando observados os recortes de gênero, raça e maternidade. Reforçamos que as mães acadêmicas são afetadas de maneira exponencial e desigual em tempos de distanciamento social provocadas pela pandemia da COVID-19.

Essa constatação se apresenta na medida em que compartilhamos e problematizamos as desigualdades históricas entre homens e mulheres e outros marcadores da diferença e, em especial, a maternidade como fator que incide sobre a vivência das mulheres, sua subjetividade e corporeidade. Como afirma Quijano (2010), a corporeidade é o nível decisivo das relações de poder e aprofundado por Santos (2002) que afirma que a corporalidade – ou corporeidade como chamamos aqui- corresponde à representação do nosso corpo no lugar e no mundo e, indubitavelmente, os/as sujeitos/as são vistos/as pelos seus corpos e julgados/as a partir deles. A geografia, ao assumir que o conhecimento é "in-corporado" (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007), dá visibilidade à discussão, estudos e pesquisas que dialogam com as espacialidades das mulheres em seu universo social, material e afetivo.

Ao referenciar Souza (2007), afirmamos que a espacialidade de um grupo é um forte elemento que o modela e lhe configura ações sobre as quais a realidade espacial traz significados sobre as representações coletivas. Geralmente, tais significados revelam situações de hierarquização e às mulheres decaem comportamentos e posturas carregadas de normas e hábitos esperados por uma norma social, majoritariamente masculinizante e opressora. Os corpos destas mulheres alertam e esperam pela equidade de gênero, raça, sexualidades, geração e outros marcadores. Além deste aspecto, o conhecimento geográfico é uma importante ferramenta para apresentar a importância das subjetividades e dos conflitos no espaço doméstico e a relação com o corpo enquanto escala de análise para a saúde mental, o bem estar e a relação com a família.

Como afirma Rubino (2016) "espaços e lugares, e nossa relação com estes, são *generificados*. Uma relação nem sempre evidente que ao mesmo tempo reflete e cria um efeito no modo como gênero e espaço são concebidos" (2016, p.01). Essa investigação nos alerta e nos mobiliza para a importância de uma pauta feminista na ciência geográfica que nos lembre e reivindique que "a casa não nos define, somos nosso próprio lar", embora muitas mudanças teórico-epistemológicas precisem ser in-corporadas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

AZEVEDO, Ana Francisca de. Desgeografização do corpo. Uma política de lugar. In: SARMENTO et al. **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Lisboa: Figueirinhas 2009

BARBOSA, Priscila Bezerra**. O filho é da mãe?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2016.

BARBOSA, Camila P.; MAIA, Tatiana Vargas. O pessoal é político: a crítica feminista de Nancy Fraser e Catherine Mackinnon a Jürgen Habermas. **Revista eletrônica de ciência política**, vol. 7, n. 1, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

CAMPOS, Mayã Pólo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades" p. 37-50, jul-dez, 2019.

CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: _____ (orgs**.) El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad

Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CRISOSTOMO, maria aparecida dos; REIGOTA, Marcos Antonio dos s. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas, **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010

DIAS, Luciana de O. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo, **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.16 – 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Revista Gênero-número**. Disponivel em: http://www.generonumero.media/. Acesso em: junho de 2020

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARRIS INTERACTIVE FR. **L'impact du confinement sur les inégalités femmes-hommes**. 15 de abril de 2020. Disponível em: https://harris-interactive.fr/opinion_polls/limpact-du-confinement-sur-les-inegalites-femmes-hommes/ . Acesso em: maio de 2020.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

_____. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. **Sociologia&Antropologia** | v.01.01: 151–180, 2011

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: 20 teses **contra o assim chamado Iluminismo e os "valores ocidentais". Original em alemão, 2002. Disponível em:** http://obeco.planetaclix.pt/ Acesso em: ago. 2009.

LAMAS, Bruno. **Apresentação do ensaio "**O Valor é **o Homem" de Roswitha Scholz e da teoria da dissociação-valor**. Original em alemão, 2011. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/ Acesso em: out. de 2012.

LOPES, Renata Batista. **De casa para outras casas**: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia. Dissertação mestrado (Instituto de estudos Sócio-Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Colombia: Tabula Rasa, nº 09, Julio-diciembre, 2008. p. 73-101

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

MACHADO, Talita Cabral. **A cidade das mulheres feministas**: uma cartografia de goiânia em perspectiva interseccional e da diferença Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

MASOTTA, O. **O comprovante da falta**: lições de introdução à psicanálise. Campinas: Papirus, 1987.

MCDOWELL, Linda. Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas. Ediciones Cátedra. Grupo Anaya, S. A: Madrid, 1999

MINELLO, Alessandra. **The pandemic and the female academic**. 17 de abril de 2020. Disponivel em: https://www.nature.com/articles/d41586-020-01135-9. Acesso em: maio de 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2020

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Coleção Sul Sul, CLACSO, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. Disponivel em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ Acesso em: maio de 2020.

REIS, Maira Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço, **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 38, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/ Acesso em: maio de 2020.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

RUBINO, S. B. (2016). Editorial Dossiê Gênero e Espaço I. **URBANA**: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 7(2), 2016. Disponivel em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana. Acesso em junho de 2020

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, pp.157-161.

SARMENTO, J. As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar. In: SARMENTO et al. Geografias do corpo: ensaios de geografia cultural. Lisboa: Figueirinhas 2009

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface** - Comunic, Saúde, Educação, n.08, fevereiro de 2001.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional**, n. 8, v. 1, p. 31-45, 2003.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica, **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p. 39-55, jan./jun. de 2010

SILVA, Maria das G. S. N e SILVA, Joseli M. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In:_____ Intersec Unesco. **Relatório de Monitoramento Global da Educação** – resumo 2017/8: responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ por. Acessado em 13/10/2020

SILVA, Joselina da. Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010.

SCHOLZ, Roswitha. **O sexo do capitalismo**. Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado. Original em alemão, 2011. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/ . Acesso em: ago. 2012.

_____. **O valor é o homem**. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Original em alemão, 1992. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/ . Acesso em: ago. 2010.

SILVA, Joselina da. Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento**: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas. Dissertação mestrado (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STANISCUASKI, Fernanda et al. Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. 04/07/2020. Disponível em: https://www.biorxiv.org/ Acesso em: 04 de julho de 2020

TOLIA-KELLY, Divya P. Affect – an ethnocentric encounter? Exploring the 'universalist' imperative of emotional/affectual geographies. **Area**, v. 38, n. 2, p. 213-217, 2006.

VALENTINE, Gill. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography**. The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

Notas

1. A colonialidade do saber é apresentada por Quijano (2005) e refere-se a uma das formas de organização do mundo que constituem a racionalidade na sociedade atual. A colonialidade do poder, no seu entendimento, estrutura-se a partir da dominação econômica, política, subjetiva, do gênero, da raça e das sexualidades e se reproduz nas dimensões do poder, do saber e do ser.